

HISTORIOGRAFIA & NARRATIVA: DO ARQUIVO AO TEXTO

Regina B. Guimarães Neto

RESUMO: Este texto apresenta um debate teórico e metodológico acerca das práticas de produção do texto historiográfico em suas múltiplas relações com as diversas fontes documentais. As reflexões tem como referência as regras estabelecidas no campo da história, e estabelece vários diálogos com outras áreas do conhecimento, em especial, a filosofia e a literatura.

Palavras-chave: Historiografia, Narrativa, Documento

ABSTRACT: This paper presents a theoretical and methodological debate about the production practices of historiographical text in its multiple relationships with the various documentary sources. Reflections has reference to the rules established in the field of history, and sets out various dialogues with other fields of knowledge, especially philosophy and literature.

Keywords: Historiography, Narrative, Document

Escrever é, antes de tudo, criar um texto – aquilo que se tece, como para os romanos –, uma prática discursiva que movimenta a maquinaria da produção de sentidos. É na composição narrativa que os relatos – escritos, orais, visuais –, inseridos em uma rede discursiva específica (na concepção de Foucault, 2008), ganham ou engendram diversos significados. A competência da produção narrativa não pode prescindir de uma poética, que deve estar atenta aos equívocos que tanto incorrem uma escrita descritivista

· Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco. Pesquisadora do CNPq.

(subsumida às observações objetivas) quanto uma narrativa subjetivista (subsumida às associações subjetivas)ⁱ, e que, frequentemente, operam sem a crítica do estatuto das fontes. A história é discurso acerca do passado que se projeta no tempo reconstruído (sem postular por continuidade cronológica), respondendo às questões contidas no presente. Nessa perspectiva, as fontes documentais não devem ser pensadas como possibilidade de instituir totalidades; são fragmentos que devem ser avaliados em sua potência multiplicadora de criar novos significados.

Este texto parte das indagações e dos problemas que são formulados no campo da história que exercita a prática de trabalho com as fontes documentais e a narrativa que resulta desta ação. É nessa esfera que desejo propor algumas reflexões, procurando contribuir com o debate acerca do fazer historiográfico. E para ser mais direta, desde já, acolhendo a pluralidade das leituras possíveis, distancio-me de abordagens que têm a pretensão de estabelecer as “regras verdadeiras” ou que reconstroem o “caminho verdadeiro”, como algumas vezes os manuais de história têm a pretensão de induzir. O estudo acerca dos documentos está associado à formulação de critérios de análises com base nas suas condições de produção e meios de circulação e apropriações diversas; além de considerar os suportes materiais de inscrições dos vários registros e outras técnicas. Em face dessa complexidade, torna-se fundamental deter-se sobre as práticas de pesquisa e da escrita da história.

De qualquer maneira, sem propugnar pela validade dos modelos e respostas acabadas, gostaria de pensar a história e sua relação com as fontes documentais – especialmente relevando o seu estatuto de escritura e suas condições de produção –, como uma relação múltipla e polissêmica, de modo algum engessada em questionários e modelos de análise e regras estabelecidas *a priori*, e que impedem, a meu ver, o exercício do pensamento. Problematizo o tempo, as relações entre memória e história; os usos políticos da memória; a política de memória; a questão da produção das identidades e suas dimensões variáveis, indissociável do debate acerca da política de preservação e arquivamento. Neste território, os historiadores irão trabalhar com os relatos, memórias, documentos e produção da escrita.

Com efeito, caberia afastar-se de controvérsias vazias e estar atentos aos pressupostos teóricos e metodológicos, relativos ao *modus operandi* da historiografia. Este orienta a operar com quaisquer fontes documentais, sejam escritas, orais, visuais, entre outras, porém sempre atenta as suas especificidades. Aliás, o documento escrito deixa de ser a referência dominante que justifica o discurso historiográfico, abrindo

espaço a uma enorme diversidade de fontes e testemunhos, convocada a fazer parte de “práticas autorizadas”. Essa variedade documental passa, portanto, a receber, cada vez mais, a atenção redobrada dos historiadores, que procuram legitimá-la segundo as regras estabelecidas no campo da disciplina da história (CERTEAU: 1982; CHARTIER: 2007).

Porém, é necessário chamar a atenção, no âmbito dos debates metodológicos mais atuais, de que não basta conferir importância e significado aos documentos (seu estatuto de verdade e a sua função de prova) ligados aos objetos de investigação. Deter-se em seu estudo implica perceber o que os relacionam às suas condições de possibilidade, sem apagar o seu estatuto discursivo: sejam sociais (onde se produziu e para quem se produziu), sejam técnicas (tais como os códigos, regras e convenções que as orientam), associando-as às práticas culturais e às escolhas interpretativas (APPLEBY, HUNT, JACOB: 1994). Os “documentos” não nascem documentos, e encontram-se marcados pelos diversos interesses que coagem as ações sociais nos presentes dos passados, isto é, no tempo em que foram produzidos ou no tempo, conforme aponta ALBUQUERQUE JUNIOR (2009), em que “surgiram como discursos e pronunciamentos”; e, também, há que se destacar, fazem parte de um conjunto de escolhas direcionadas pelo nosso presente ao presente daquele passado especialmente visado e estudado (VEYNE:1983). Portanto, os documentos encontram-se mergulhados e imbricados a uma complexa teia de relações que as sociedades mantêm com o seu passado e o seu presente, conferindo presença ao passado ou aos passados.

Os historiadores, orientando-se pelas sensibilidades e experiências construídas, preferem falar em diálogo entre o presente e o passado, refletindo acerca das implicações deste diálogo com a memória e a históriaⁱⁱ. Portanto, o documento está imbricado às condições e relações que as sociedades mantêm com o seu passado, conferindo presença a um passado ou aos passadosⁱⁱⁱ. Segundo Antônio Paulo Rezende (2009):

Não podemos, no entanto, dispensar esse diálogo entre passado e presente. Ele é a base da vida, da narrativa e da constituição de memória. Sem ele, sepultaríamos qualquer reflexão sobre a história. A memória fortalece a relação entre as experiências e as sensibilidades construídas [...]

Opondo às generalizações, questiona-se sobre o tempo, a história e a escrita, meditando acerca de um tempo presente sem ancoragens:

Escrever história é também mediar temporalidades, exercer a atividade de tradução entre naturezas, sociedades e culturas de tempos distintos. Colocados nesta terceira margem da temporalidade, que é o presente, o historiador tem a tarefa de construir com sua narrativa uma canoa que possa mediar, fazer se tocar as margens do passado e do futuro. (ALBUQUERQUE JUNIOR: 2007, p. 33)

É com a história ao “rés-do-tempo”, móvel, liquefeito, que a relevância dada aos mais variados tipos de fontes – orais, visuais, escritas – em suas especificidades históricas, vem ganhando legitimidade. Essas fontes, compreendidas como documentos, recebem hoje tratamentos inovadores, atualizados segundo normas amplamente discutidas no campo da produção historiográfica. No caso das fontes orais e imagens visuais não se tem mais a ingenuidade de considerá-las “testemunhos do real”, “elos com a realidade”, “captura do real”, ou até mesmo levantar questões, tais como, “reviver o passado” e “dar voz aos silenciados”, entre tantas afirmações do mesmo tipo. Mas, de maneira enfática, a orientação é outra, procura-se ampliar os aportes teóricos que dão amparo às discussões e sistematizações dos procedimentos de análise próprios ao seu uso e complexidade^{iv}; valoriza-se o movimento ou ação dos que professam a arte de pensar acerca das palavras, dos testemunhos^v e, segundo certos autores, observando rastros e vestígios no tempo. Os rastros não são evidentes, como apontam as reflexões metodológicas de Carlo Ginzburg (2007), que observa a opacidade do mundo, e também Marc Bloch, em seu livro póstumo (2001), ressaltando os testemunhos involuntários. E, neste aspecto, sobressaindo-se o historiador leitor de hieróglifos, deve-se assinalar ainda que, para Bloch, a imagem do historiador deve ser captada na *oficina*, lugar da prática, do exercício metodológico – direcionado pela pesquisa –, “munido de reflexão crítica”, sem a qual nunca poderá instituir problemas. É preciso ir mais além e observar que as questões propostas pelas pesquisas precedem a escolha do *corpus* documental, orientando a análise e crítica das fontes, apontando a pertinência da documentação. Bloch pensa os problemas criados com paixão, no universo da imprevisibilidade das ações humanas. Nessa perspectiva, Antônio Montenegro, sensível aos signos da matéria da história, também procura destituir a verdade aprisionada em um império totalizador, quebrando correspondências simplificadoras entre conceitos, palavras e o mundo material/real. Procura situar-se no fio da navalha, para desnaturalizar o jogo tenso da linguagem e da história:

[...] voltamos ao começo desse percurso, ao movimento, à impossibilidade de capturar de forma absoluta os significados; ou mesmo determiná-los, mediante uma relação que se deseja natural entre o dito e o vivido ou o que se imagina real. Rachar as palavras, romper seus liames naturalizados e evidentes com as coisas, com o que se denomina real. A história como o digladiar de sentidos [...] (2010, p. 44)

Percorrer essas trilhas é considerar as fontes e testemunhos em sua complexidade e enfrentar novos desafios. Assim é que, nas décadas de setenta/oitenta, as transformações no campo da disciplina da História não são apenas intensas, mas desestabilizadoras de verdades e procedimentos metodológicos, em que fonte documental e discurso passam a receber outros tratamentos e reflexões teóricas. Um salto que obriga historiadores a se desfazerem da idéia *do* “passado tal como foi”, colado à explicação histórica, prisioneiros da evidência das fontes. Além disso, reforça a idéia de dar seguimento à incorporação/apropriação de *novos* espaços temáticos e fontes ao território da história.

Autores como Ginzburg e Natalie Zemon Davis que, em seus livros, apresentam resultados de suas pesquisas históricas, recusando dados massivos ou métodos estatísticos, questionam e analisam modos de racionalidade social. Ginzburg privilegia as formas de apropriação de textos/livros por pessoas comuns, criticando a reificação da noção de cultura popular, e, tanto ele quanto Davis, procuram dar vida à maneira como homens e mulheres percebem e lêem/constroem o mundo, mobilizando discursos e práticas culturais. Nessa perspectiva, não apenas a micro-história, em suas diversas vertentes (Cf. REVEL, 1998), mas também vários estudos e investigações no âmbito da história social e cultural oferecem leituras para a análise das estratégias dos atores, destacando as interações/vinculações e conflitos entre indivíduos, famílias e comunidades. Interações estas que constituem o mundo social, dando significado à atuação de homens e mulheres em contextos históricos específicos. Por outro lado, no mesmo movimento, apresentam-se assinaladas as determinações que controlam ou limitam as trajetórias sociais e interferem no jogo das ações dos indivíduos e comunidades, contudo, valorizando o espaço das negociações políticas e culturais (CARVALHO: 2009: 2006; REIS: 2008; VAINFAS: 2008).

Abrindo ainda mais essa senda, na esfera de outras interpretações historiográficas, a década de noventa amplia a crítica às noções globalizadoras, totalizantes, que enfocam as sociedades. São publicados artigos e livros que propõem estudar indivíduos, grupos, comunidades específicas, revelando diversas lógicas que se

mesclam e/ou convivem entre si em diferentes planos e situações. Lógicas estas que podem ser designadas como “estilos de racionalidade” (LLOYD, 1990). Estas maneiras práticas de vivenciar e pensar o mundo são mobilizadas segundo diferentes contextos de discursos e experiências, quando os indivíduos lançam mão de uma pluralidade de possibilidades. Portanto, não há univocidade de significados nas experiências sociais.

Ao mesmo tempo em que essas abordagens valorizam enfoques diferenciados – sobretudo, quando acentuam as ações dos atores sociais e recusam projetos de uma história global –, e ocupam cada vez mais espaço no campo historiográfico, a importância do estatuto narrativo da história aparece sendo amplamente discutida. Não se trata da “história-narrativa” (descrição que coloca em cena indivíduos e acontecimentos reveladores de uma verdade primeira ou essencial, que, quase sempre, primam pela disposição linear) ou “retorno da narrativa” (alterando perspectivas de análise “entre acontecimentos e estruturas”). A problematização que estabelece um novo patamar de análise é a que se posiciona diante do próprio estatuto do conhecimento histórico. A história é pensada também como texto, não entendido como a expressão técnica de um repertório de palavras aparentemente coerentes, dispostas a cumprir sua missão estrita de leitura documental (descritivista), mas uma escrita urdida com palavras que produzem novos significados, ampliando o seu campo de inteligibilidade. Explicando e narrando – aquilo que se tece, como para as rendeiras... –, produz deslocamentos semânticos, estruturando-se em *relato*. Este, o relato, é tributário “[...] do valor da linguagem literária – que tem como material as palavras e suas relações – diz respeito ao novo, ao inesperado, à mutação, à invenção” [...], como assinala Roberto Machado (2009: 206).

As abordagens, os procedimentos e as operações metodológicas frequentemente indicam opções diversas, considerando a multiplicidade das interpretações. E são bem-vindas, ou deveriam ser. Do mesmo modo, a utilização de diversos tipos de fontes documentais (visuais, orais, escritas, entre outras) na construção propriamente narrativa da história propõe desafios constantes. Estes instituem paradoxos, oposições, encontros e desencontros, mas que, por isso mesmo, abrem-se a uma miríade de diálogos, ligados estreitamente às histórias, com as quais lemos, discutimos e analisamos as relações entre o presente, o passado e o futuro. É nesta perspectiva que se torna pertinente explorar a produção da escrita da história na relação com as práticas de produção das fontes, revelando como as pesquisas e análises elaboradas carregam as marcas das experiências das quais os textos são resultados.

PRÁTICAS DA PESQUISA E ESCRITA DA HISTÓRIA

As configurações narrativas e retóricas que apresentam o passado e o presente por meio dos diversos registros e testemunhos, tratados como fontes documentais, são compreendidas num conjunto de ações que requerem tratamento diversificado e complexo – com rigor metodológico. Estas ações não incluem apenas as da pesquisa nos arquivos, com seus procedimentos técnico-metodológicos (autorizados no campo historiográfico) e análise crítica das suas condições de produção e discurso, como venho refletindo nesse texto. Nesse sentido, é que tenho pensado e apresentado a fonte documental se constituindo documento histórico na dinâmica da linguagem escrita, que configura o texto historiográfico. Segundo a análise de P. Ricoeur, “(...) a história é uma escrita, de uma ponta a outra: dos arquivos aos textos dos historiadores, escritos, publicados, dados a ler.”(2007, 247). O livro/texto, nessa perspectiva, contém os rastros ou vestígios de um “fazer história”.

Nesse movimento, em que se entrelaçam pesquisa e escrita, ainda na trilha de Ricoeur (2007), há que se observar as diferenças e possíveis relações entre os “testemunhos que declaram”, diretos, “aqueles que testemunham” com base na confiança que se deposita em quem relata, e os testemunhos que se denominariam de “testemunhos arquivos”, indiretos, indiciários, com os quais os historiadores irão operar segundo as regras estabelecidas em seu campo de conhecimento. É, sobretudo, com um corpus documental reunido e bem selecionado, que iremos tecer o texto; sem perder de vista que a história moderna é relato escrito – historiografia –, que articula uma prática atenta às regras discursivas de suas fontes documentais, relacionadas ao lugar de enunciação.

Esta prática ampla da pesquisa se realiza com o trabalho de constituição do corpus documental e indica a trajetória da memória-testemunho, fragmento/registro, para o estatuto de memória-documento-arquivo. É nesse operar historiográfico marcado pela dinâmica do deslocamento da “fase arquivística” para a “fase da produção do texto escrito” (sem defender etapas que hierarquizam e determinam), que se institui outro movimento de compreensão e produção da história. Este se insere em relações diversas, considerando os pesquisadores e os interesses do seu lugar sócio-institucional, em nada neutro; e, por extensão, produz novas ressonâncias na feitura do texto. É importante perceber nessas articulações metodológicas e configurações narrativas, deslocamentos

teóricos primordiais, que criam novos significados para os objetos selecionados pela pesquisa e dão, assim, espaço às diferenças históricas.

Por último, volto a reforçar a importância do entrecruzamento com outras coleções documentais, o que exige diálogos com diversas produções teóricas e metodológicas que lidam com outras fontes documentais – fotografias e outras fontes visuais; jornais, revistas e impressos diversos; documentos oficiais; e tantos outros registros que os historiadores trazem para o seu campo de análise. Travessias cruciais que instituem configurações diversas e alteram as percepções dos pesquisadores. Esta operação permite refletir e interpretar os documentos privilegiados e as implicações da memória social, além de configurar as práticas discursivas no âmbito do espaço social.

Para uma discussão das práticas de escrita da história, Paul Veyne há mais de três décadas, desafiadoramente afirmava: “A história é narrativa de acontecimentos” (1983: 14). O vivido tal como é conhecido “sai das mãos e da escrita dos historiadores” e não dos atores, mesmo considerando a sua importância central; o vivido não é visto através de uma máquina do tempo, não é direto, pode ser narrado, por meio dos documentos e testemunhos – pelo conjunto de suas possibilidades –, portanto, conhecimento parcial, sem ambição totalizadora^{vi}. Veyne “vincula a compreensão histórica à atividade narrativa”, como assinala Paul Ricoeur (1994:243), entendendo que o fato de figurar numa intriga é o que qualifica um acontecimento como histórico: “Um acontecimento histórico não é somente o que acontece, mas o que pode ser narrado ou o que já foi narrado nas crônicas ou lendas.” ((1994: 243). No momento mesmo em que são narrados, transformam-se em histórias, sínteses narrativas (efeito da seleção, organização, sínteses), resultados de escolhas constantes, que conferem significado a um contexto designado como histórico. Nessa trilha, Veyne coloca em outra dimensão as grandes querelas debatidas pela historiografia no século XX, sobretudo acerca do factual e do não-factual e da história quantitativa e não-quantitativa: se o enfoque é factual ou não, este debate deixa de ter importância; assim como os métodos quantitativos, que mobilizam números e cifras, e outros dados para as pesquisas. Mais importa, para ele, o que pode ser narrado ou não. Compreende a história que integra acontecimentos diversos e dá a eles significados – sem pregar a univocidade da palavra –, trazendo pontos de vista diferenciados que elaboram um discurso sobre o passado ou que presentificam esse passado, como na concepção de Walter Benjamin. Nessa trilha, o passado por si só nada vale, só tem sentido se visto como alguma coisa que conserva e

sobrevive no presente. Ou como diz Koselleck: todas as histórias são histórias do tempo presente, vistas no presente que se dissolve ou no presente que condensa...

Nessa linha de reflexão, para além dos embates entre as várias posições teóricas que incidem sobre a questão “história e narrativa”, as investigações no campo da história e os seus registros e análises decorrentes só adquirem estatuto de conhecimento quando ganham corpo na construção narrativa, como escrita da história. Somos nós que estabelecemos, por meio dos documentos pesquisados – manuscritos, impressos, fontes orais, visuais, processos cíveis e crimes, processos trabalhistas, imprensa, boletins, entre outros – a importância relativa que lhes confere o desenrolar da história narrada. Os documentos, nessa perspectiva, não “dizem” a história, não recuperam o passado. O passado não pode ser restituído, refeito, ele é narrado com análises críticas, sempre mediado pela operação historiográfica^{vii}. Mas é necessário considerar que Veyne opera ainda com a noção de intriga: acesso ao universo narrativo que opera com uma “lanterna mágica”, iluminando/constituindo acontecimentos. É um ato que implica considerações de ordem teórica e metodológica: os documentos, nessa ótica, são vistos como fragmentos significativos, habilmente selecionados, que devem quebrar a idéia de identidade do sujeito, de univocidade da palavra e podem ser muito mais a prova da incompletude do conhecimento. No âmbito dessas reflexões, pode-se esboçar um pensamento sutil, o de que apenas um recanto do mundo será iluminado. Para P. Veyne, assim como para Paul Ricoeur (1994) há intriga todas as vezes que a história reúne fragmentos e dá sentido à diversidade, porque a intriga (como atividade literária) cria efeito de coesão, e torna possível o relato histórico, em que circunstâncias, objetivos, fins e acasos das ações de homens e mulheres adquirem novos significados.

História e literatura

A operação da escrita, nessa perspectiva, suscita um rico diálogo entre história e literatura. Na pista de algumas trilhas abertas por escritores, como Orhan Pamuk, podemos tentar perscrutar alguns delicados fios – filigranas – , para indagarmos acerca das narrativas literárias e o seu poder de criação e transformação do mundo por meio do discurso poético. O que pensa sobre a criação poética e transformação do mundo está, para ele, contemplado na questão mais importante, que opera no poder da imaginação como “A capacidade de transmitir significados aos outros” (PAMUK: 2007, p. 67) e não, como, muitas vezes, é vista a imaginação, como meio para “falsificar ou fantasiar a

realidade”. É a imaginação do romancista que dá ao mundo limitado da vida cotidiana a sua particularidade, a sua magia, a sua alma (2007, p. 65). E, indo além, Pamuk dá o exemplo, assinalando a materialidade da concepção de nação, nas palavras do próprio romancista:

Quando imagino todos esses leitores usando a imaginação para se pôr no lugar de outra pessoa, quando tento conjurar os seus mundos, rua a rua, bairro a bairro, por toda a cidade, chega um momento em que percebo que, na verdade, estou pensando numa sociedade, num grupo de pessoas, numa nação – deem o nome que quiserem – que passa a existir à força de imaginar-se. É na leitura dos romances que as sociedades modernas, as tribos e nações pensam mais profundamente acerca de si mesmas; é na leitura dos romances que conseguem definir quem são [...] (PAMUK: 2010, p. 267)

Também os historiadores investigam e apresentam análises críticas acerca das tradições e identidades imaginadas (HOBSBAWM e RANGER, 2008), e participam da construção de novas percepções. Atuam, certamente, com a intenção de “transmitir significados aos outros”, realizar leituras diversificadas e elaborar análises que desloquem evidências simplificadoras, e que estruturam a narrativa histórica sob novas bases (nem sempre bem-vindas). Investigam e relatam, assim, as especificidades da vida cotidiana, do trabalho, do sentimento, da política, da guerra, da morte; criando correspondências e diferenças praticam e compõem experiências. Mais uma vez, experiências em que o passado impregna-se nos contornos das ruas, na atmosfera das cidades e do campo, fazendo ressoar passos perdidos, em história que não puderam ser contadas.

Paul Ricoeur, na linha de Michel de Certeau, ao falar dos espaços habitados aponta uma questão central: a noção de inscrição, uma escritura que vai além da fixação de caracteres em algum suporte material. E afirma a importância destas marcas exteriores para reter o trabalho da memória, como apoio e enlace das vivências. Mas a colocação imperante é a do tempo inscrito nos espaços. O tempo para Ricoeur é o tempo narrado (1994), o tempo que faz as experiências ganharem sentido; e a narrativa, a potência da linguagem-criação semântica, que faz o tempo transformar-se em tempo humano; os espaços são esculpidos pelos traços-inscrições das experiências no tempo: é a memória, em seu movimento entre lembrar e esquecer que se apóia no tempo e que vive na materialidade do construído (RICOEUR: 2007, p. 196)

E, para o romancista, o que marca este ato de escrever obedece

(...) a regra eterna da literatura: o talento de contar as próprias histórias como se fossem histórias dos outros, e contar as histórias dos outros como se fossem suas, porque é isso a literatura (2007, p. 19).

Neste seu texto-conferência Pamuk diz que devemos ser capazes de contar as nossas histórias como se fossem a dos outros, como também devemos ler uma história e associá-la às nossas experiências, abrigando o mundo de alguém como se fosse o seu próprio, estilizando o debate que prima pela análise que divide o singular e o universal, o objetivo e o subjetivo. Em ambos os casos, na história e na literatura, encontram-se os seus escritores envolvidos com as imagens da vida para elaborar uma escrita do mundo. Sim, aquele que escreve habita o mundo e o mundo vive nele, não só porque deixamos inscritos os nossos rastros no espaço-tempo, mas também porque estas marcas conformam nossos corpos.

Não há ação que deixe de suscitar a questão tão crucial para Pamuk, na arte que permite ao praticante da escrita, utilizar regras estranhas e mágicas:

“Escrever é transformar em palavras esse olhar para dentro, estudar o mundo para o qual a pessoa se transporta quando se recolhe em si mesma (...) cercado pelas sombras, constrói um mundo novo com as palavras.” (2007, p. 13)

Em seu romance o *Livro Negro*, Pamuk parte de uma indagação angustiante que atravessa o universo sem paz de nosso violento mundo: “Imaginaram bem estes rostos?” – perscruta ele, o narrador nessa obra, a do livro das letras negras escritas em papel branco ou do livro da cidade escrita em branco e preto:

– Imaginaram bem estes rostos? Não se assemelham todos, estranhamente? Não vêm uma parecença entre eles, e o laço invisível que une entre si estas pessoas tão diferentes umas das outras? Os silenciosos, os mudos, os que não sabem contar, que parecem sem importância, todos os que não sabem descobrir a réplica adequada exceto depois de terem voltado para casa; e também aqueles cujas histórias não interessam a ninguém -, não parecem os seus rostos mais expressivos, muito menos vazios que os demais? Dir-se-ia que, nesses rostos, “fervilham as letras de todas as histórias que não puderam contar; dir-se-ia que são portadores dos estigmas do silêncio, da humilhação e, mais ainda, da derrota.”

Este trecho do romance de Pamuk nos aproxima de Walter Benjamin, que também encena a passagem daqueles que voltam mudos da guerra, como uma “superfície” ou uma tela sobre a qual se projeta a imagem da derrota e que ele, Benjamin, escolhe para iniciar o seu famoso texto *O narrador...* Este texto que reflete acerca da noção da experiência e narrativa, entrelaçada à memória e aos gestos que

narram com as mãos, moldando as matérias, o barro e a vida, dos artesãos com as suas histórias de longe (os que viajam) e as suas histórias de perto (os guardiões das tradições). Todos eles são contadores de histórias; e moldam a vida como obra de arte.

Para a escrita da história, seguindo essas reflexões, a dimensão poética do discurso não deve ser vista como obstáculo ao rigor metodológico que se exige da disciplina ou como aquilo que se contrapõe às regras da escrita da história. Chartier (2007) também se manifesta na mesma direção. Sobretudo, quando afirma, na trilha aberta por P. Ricoeur (2007), que não apenas os documentos permitem dar “autenticidade” ao texto historiográfico – convocando R. Barthes a este debate, para quem padecemos do ato compulsivo de “autenticar o passado” –, mas que a narrativa deve também produzir inteligibilidade no “dar a ver” e “a contar” na configuração da arquitetura textual, criando vida no território dos mortos. E, de maneira bastante enfática, coloca a escrita tanto quanto os documentos no centro da operação historiográfica:

Fundar a disciplina em sua dimensão de conhecimento, e de um conhecimento que é diferente daquele fornecido pelas obras de ficção, é de uma certa maneira seguir ao longo da falésia. Os historiadores perderam muito de sua ingenuidade e de suas ilusões. Agora sabem que o respeito às regras e às operações próprias à sua disciplina é uma condição necessária, mas não suficiente, para estabelecer a história como um saber específico. Talvez seja seguindo o percurso que leva do arquivo ao texto, do texto à escritura, e da escritura ao conhecimento, que eles poderão aceitar o desafio que lhes é hoje lançado. (2002: p. 17)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. “Narrativas pregnantes” como “jogos de linguagem”: possibilidades da história oral à luz da teoria da Linguagem de Wittgenstein. In: *História Oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral*, v.11,n.1-2, jan- dez..ano 2008. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral.

Histórias dentro da história. In: Pinsky, Carla Bassanezi (org.) *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

ALBUQUERQUE JUNIOR. Durval Muniz. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da história. Bauru, SP: Edusc, 2007.

..... In: PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina de (orgs). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

APPLEBY Joyce, HUNT, Lynn y JACOB, Margaret. *Telling the truth about history*. New York: W. W.. Norton, 1994.

BENJAMIN, W. A imagem de Proust. In: *Magia e técnica, arte e política - Ensaio sobre literatura e história da cultura*. Obras escolhidas, vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou, o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CARVALHO, Marcus J. M. de. "Movimentos sociais: Pernambuco, 1831-1848". In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil Império (1808-1889)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, v. 2, pp. 121-183.

..... "O outro lado da Independência: Quilombolas, negros e pardos em Pernambuco (Brazil)", 1817-23. *Luso-Brazilian Review*, University of Wisconsin Press, v. 43, n.1, 2006, pp. 1-30.

CERTEAU, Michel de. "A operação historiográfica". In : *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. *El pasado en el presente*. Literatura, memoria e historia. In: *Historia, Antropología y fuentes orales* (Revista semestral del seminario de historia oral del Departamento de Historia Contemporânea de la Universidad de Barcelona, Arxiu Històric de la Ciutat de Barcelona y Universidad de Granada Barcelona). Asociación Historia y Fuente Oral/Arxiu Històric de la Ciutat de Barcelona y Editorial Universidad de Granada, nº. 37, Año 2007.

..... *À beira da falésia*. A história entre certezas e inquietude. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

DELEUZE Gilles. Sobre Nietzsche e a imagem do pensamento. In: *A ilha deserta: e outros textos*. São Paulo: Iluminuras, 2006.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; BERTOLINO, F. Ação popular: memória, testemunhos e história. *Oralidades*. Revista de História Oral, v. 4, p. 15-31, 2009.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *Histórias de família: casamentos, alianças e fortunas*. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 2008.

..... e FRANCO, R. . Desafios do ensino de História. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), v. 21, p. 79-93, 2008.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 10ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

..... *A arqueologia do saber*. São Paulo: Forense Universitária, 2008.

FROTSCHER, Méri (Org.) ; LAVERDI, R. (Org.) . Dossiê Migrações (Revista Espaço Plural). 20. ed. Marechal Cândido Rondon: Edunioeste, v. X. 177 p. 2009.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

GRACIA, Gerardo Necochea. *Después de vivir un siglo*. Ensayos de historia oral. México: INAH, 2005.

GOMES, Angela de Castro. Trabalho análogo a de escravo: construindo um problema. In: *História Oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral*, v.11,n.1-2, jan-dez. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral, 2008.

.....*Direitos e cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

GUIMARÃES NETO, Regina B. Espaços e tempos entrecruzados na história: práticas de pesquisa e escrita. : Montenegro Et. AL. *Cultura e sentimento: outras histórias do Brasil*. Recife: Ed. Universitária da UFPE; Cuiabá: Ed. Da UFMT, 2008.

..... Los espacios múltiples de la memoria y de la violencia: narrativas orales y prácticas culturales entre los trabajadores de la Amazonía, Brasil. *Words and silences/Palabras y silencios*. IOHA. Vol. 3, No. 2. México: Instituto Mora, 2006.

.....Memória, relatos e práticas de espaço: cidades em áreas de ocupação recente na Amazônia (Mato Grosso, 1970-2000). *História Oral - Revista da Associação Brasileira de História Oral*, v.09, n.1, jan-jun. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral, 2006.

HARRES, Marluza. Pelos caminhos da memória: uso de fontes orais na pesquisa histórica. In: HARRES, Marluza e JOANONI NETO, Vitale. *História, terra e trabalho em Mato Gosso. Ensaio teóricos e resultados de pesquisas*. São Leopoldo: oikos: Unisinos; Cuiabá: EDUFMT, 2009.

HEYMANN, Luciana. O *devoir de mémoire* na França contemporânea: entre memória, história, legislação e direitos. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). *Direitos e cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 15-44.

HOBBSAWM, Eric J. / RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

JANOTTI, Maria de Lourdes. A incorporação do testemunho oral na escrita historiográfica. Recife: X Encontro Nacional de História Oral (mesa-redonda impasses e controvérsias: fontes e história oral). UFPE, 2010.

..... O livro Fontes históricas como fonte. In: Pinsky, Carla Bassanezi (org.) *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

JOANONI NETO, Vitale. Da histórica dominação sobre vidas prescindíveis. As muitas faces da violência sobre trabalhadores migrantes no nordeste de Mato Grosso do final do século XX. In: HARRES, Marluza e JOANONI NETO, Vitale. História, terra e trabalho em Mato Gosso. Ensaios teóricos e resultados de pesquisas. São Leopoldo: oikos: Unisinos; Cuiabá: EDUFMT, 2009.

KARNAL, Leandro e TATSCH, Flávia Galli. (2009). A memória evanescente. In: PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina de (orgs). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

LAVERDI, Robson. Viveres urbanos de jovens rapazes homossexuais no interior do Brasil: alteridades na e pela História Oral. *Historia, Voces y Memoria Revista del Programa de Historia*, v. 2, 2010, p. 13-40.

LLOYD, Geoffrey. *Demystifying mentalities*. Cambridge University Press, 1990.

LUCA, Tânia Regina De. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: Pinsky, Carla Bassanezi (org.) *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

MACHADO, Roberto. *Deleuze, a arte e a filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

MAUAD, Ana Maria. Poses e flagrantes ensaios sobre histórias e fotografias. Niterói: EDUFF, 2008.

MONTENEGRO, Antônio Torres. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010.

PAMUK, Orhan. *A maleta do meu pai*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

..... Outras cores: ensaios e um conto. São Paulo, Cia das Letras, 2010.

PEDRO, Joana Maria (Org.); WOLFF, Cristina Scheibe (Org.). *Gênero Feminismos e Ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.

PEDRO, Joana Maria (Org.) ; PEREIRA, I. (Org.) ; JOFFILY, M. (Org.) . História Oral - Revista da Associação Brasileira de História Oral, v.12, n.1-2, jan-dez. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral, 2009.

PROUST, Marcel. *Tempo redescoberto*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1990.

REIS, João José. *Domingos Sodré. Um Sacerdote Africano. Escravidão, Liberdade e Candomblé na Bahia do Século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

REZENDE, Antônio Paulo. *Ruídos do Efêmero: histórias de dentro e de fora*. Recife: Editora da UFPE, 2009.

RICOEUR, Paul. História, 2007. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

.....*Tempo e narrativa*, tomo I. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: Cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Cia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCHMIDT, Benito Bisso. “Do que falamos quando empregamos o termo “subjetividade” na prática da história oral?” V Encontro Regional Sul de história oral – “Desigualdades e diferenças”. UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2009.

TRONCOSO, Alberto Del Castillo. *Conceptos, imágenes y representaciones de la niñez en la ciudad de México (1880-1920)*. México, El Colegio de México/Instituto de Investigaciones Doctor José María Luis Mora, 2006.

.....“La frontera imaginaria. Usos y manipulaciones de la fotografía en México”, Revista Cuicuilco n°. Maio/Agosto 2007.

VAINFAS, Ronaldo. *Traição: um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Lisboa: Edições 70, 1983.

ⁱ Sobre a questão da subjetividade, ver o instigante texto de Benito Bisso Schmidt: “Do que falamos quando empregamos o termo “subjetividade” na prática da história oral?” Texto apresentado na mesa-redonda: História Oral, Memória e Subjetividades. V Encontro Regional Sul de história oral – “Desigualdades e diferenças”. UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 28 de maio de 2009. (que consta neste livro). O autor desenvolve uma importante reflexão sobre as relações entre história oral, memória e subjetividades, atentando, sobretudo, para o uso conceitual do termo subjetividade e suas implicações políticas e culturais, isto é, para a crítica da produção do sujeito na sociedade moderna.

ⁱⁱ Atentar para as questões que são levantadas por diversos historiadores, em especial, conferir os textos de ALBUQUERQUE JUNIOR (2007); HEYMANN (2007); FERREIRA (2008); LAVERDI (2010); MONTENEGRO (2010); KARNAL e TATSCH (2009); REZENDE (2009); SARLO (2007).

ⁱⁱⁱ Exemplos são as experiências de pesquisa que se desenvolvem no Brasil em diversos campos temáticos, como aqueles direcionados às questões do trabalho, memória e política (GOMES: 2007; FROTSCHER, LAVERDI: 2009; GUIMARÃES NETO: 2006; JOANONI NETO: 2009); memória, relações de gênero e história oral (PEDRO; PEREIRA; JOFFILY: 2010; PEDRO: 2008); ensino da história (FERREIRA, FRANCO: 2008), para citar apenas alguns trabalhos.

^{iv} Ver, entre outras contribuições: ALBERTI (2005); CASTILLO (2006; 2007); GRACIA (2005); HARRES (2009); MAUAD (2008); MONTENEGRO (2010); JANOTTI (2005); LUCA (2005).

^v Cf. SARLO (2007); DELGADO, BERTOLINO, GOMES (2008); GRACIA (2005); JANOTTI (2010).

^{vi} Torna-se importante observar, para não cair no plano das simplificações reducionistas, que a noção de acontecimento para Veyne é bastante precisa e sustenta sua tese sobre o significado da história e sua escrita, que atravessa todo o seu livro, *Como se escreve a história* (1983).

^{vii} É bastante conhecido o debate havido entre P. Veyne e Michel de Certeau, quando este responde às indagações de Veyne com as reflexões desenvolvidas, sobretudo, em seu texto “A operação histórica”, publicado na obra em três volumes, em 1974, – *Fazer História* – organizada por Pierre Nora e Jacques Le Goff. Contudo, isto não impede que possamos valorizar os vários aspectos deste debate no campo epistemológico e traçar contribuições dos dois autores referidas às relações entre historiografia e narrativa, que apontam as dissonâncias e, por que não, as ressonâncias.